



276
R

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0233131-5 (N.P.U. 0029033-87.2000.8.17.0001)

Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA PREVIDENCIÁRIA. LEI COMPLEMENTAR Nº 28/2000. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELA CORTE ESPECIAL DESTES TRIBUNAL E PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SENTENÇA *ULTRA PETITA*, POR SUSPENDER QUALQUER DESCONTO RELATIVO À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INSTITUÍDA PELA LEI Nº 11.522/98. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco postulou o desconto previdenciário dos substituídos, na forma estabelecida pela Lei nº 7.551/77, com as alterações praticadas pela Lei nº 11.522/98, ou seja, à razão de 10%, considerando inconstitucional a Lei Complementar nº 28/2000.
2. O magistrado *a quo*, ao analisar o pedido, determinou que o Estado se absteresse de realizar qualquer desconto nas folhas de pagamento dos substituídos, relativamente à contribuição previdenciária instituída pela Lei nº 11.522/98, no período compreendido entre a interposição do *mandamus* e a promulgação da Emenda Constitucional nº 41/2003.
3. A sentença analisou o pedido formulado nos autos, porém a solução judicial foi além do requerido.
4. A sentença *ultra petita* contém vício sanável mediante a redução aos limites do que foi pleiteado, não sendo necessária a cassação do *decisum*.
5. A presente matéria já foi decidida pela Corte Especial deste Tribunal de Justiça, na ocasião do julgamento da ADIN nº 155525-9, tendo sido reconhecida a constitucionalidade da majoração de alíquota previdenciária promovida pela LC nº 28/00.

Qak



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

27
2

6. Tal entendimento restou confirmado pela Ministra Carmem Lúcia, no julgamento do Agravo de Instrumento nº 798.473/PE, o qual restou provido, bem como o Recurso Extraordinário interposto pela FUNAPE, denegando a segurança pleiteada no Mandado de Segurança originário.
7. Recurso de Agravo desprovido.
8. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo na Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0233131-5**, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento** ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

273

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0233131-5 (N.P.U. 0029033-87.2000.8.17.0001)

Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra Decisão Terminativa que deu provimento ao reexame necessário, restando prejudicado o apelo, para denegar a segurança pleiteada, reconhecendo, de ofício, o julgamento *ultra petita*, para expungir da sentença a determinação de supressão de qualquer desconto relativo à contribuição previdenciária instituída pela Lei 11.522/98, até a edição da EC nº 41/03.

Aduz o agravante a ilegalidade da alíquota previdenciária instituída pela Lei Complementar nº 28/2000, por violar o princípio do equilíbrio da relação custo x benefício, previsto no art. 195, §5º, da CF/88, bem como em face de sua natureza confiscatória, a qual viola a disposição contida no art. 150, IV, da CF/88.

Argumenta, ainda, que a referida alíquota contraria o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 40, da CF/88 c/c as Leis Federais nºs 9.717/98 e 9.796/99 e Portaria nº 4.992/99 e, ainda, o princípio da irredutibilidade de vencimentos, disposto no art. 37, inciso XV, da CF/88.

Requer, portanto, que o presente Recurso de Agravo seja conhecido e provido, para que seja reformada a decisão terminativa proferida por esta Relatoria.

Verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

279
v

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0233131-5 (N.P.U. 0029033-87.2000.8.17.0001)

Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

O princípio da congruência, insculpido nos artigos 128 e 460, ambos do Código de Processo Civil, impõe ao julgador a estrita observância dos limites traçados na petição inicial, senão vejamos:

“Art. 128. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.”

“Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.”

O caderno probatório evidencia que a tutela jurisdicional foi prestada além dos limites em que foi postulada.

Com efeito, o Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco postulou o desconto previdenciário dos substituídos, na forma estabelecida pela Lei nº 7.551/77, com as alterações praticadas pela Lei nº 11.522/98, ou seja, à razão de 10%, considerando inconstitucional a Lei Complementar nº 28/2000.

Entretanto, o magistrado *a quo*, ao analisar o pedido, determinou que o Estado se abstivesse de realizar qualquer desconto nas folhas de pagamento dos substituídos, relativamente à contribuição previdenciária instituída pela Lei nº 11.522/98, no período compreendido entre a interposição do *mandamus* e a promulgação da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Cumprе destacar que se trata de decisão *ultra petita*, uma vez que a sentença analisou o pedido formulado nos autos, porém, como asseverado pelo Ministério Público de 2º grau, a solução judicial foi além do requerido.

BRU



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

280
JK

Fredie Didier Jr. assim ensina:

“(…)

Quando uma decisão ultrapassa os limites do pedido, ela precisa ser invalidada, já que proferida com vício de procedimento (error in procedendo); mas a invalidação deve cingir-se à parte em que supera os limites do pedido.

“(…)”

Diante deste cenário, deverá ser extirpada da sentença a parte excedente, inclusive de ofício. Com efeito, a sentença *ultra petita* contém vício sanável mediante a redução aos limites do que foi pleiteado, não sendo necessária a cassação do *decisum*.

O processo encontra-se devidamente instruído comportando o julgamento imediato do feito, nos termos do artigo 515, § 3º, do Código de Processo Civil, *in verbis*:

“Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. [...]”

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.”

Desta feita, contendo o processo as alegações das partes e restando produzidas todas as provas necessárias, o tribunal poderá, conhecendo da apelação, julgar desde logo a lide, ainda que a matéria não tenha sido apreciada em primeiro grau.

Assim, evidenciada essa situação no caso em apreço, passo ao julgamento da lide.

Cinge-se a questão à verificação da constitucionalidade do art. 71, incisos I e II, da LCE nº 28/00, que elevou a alíquota da contribuição dos servidores estaduais para 13,5% (treze e meio por cento). O impetrante pugna pela redução da alíquota de 13,5% prevista na referida norma, para o importe de 10% previsto na legislação anterior, qual seja, a Lei nº 11.522/98.

A presente matéria já foi decidida pela Corte Especial deste Tribunal de Justiça, na ocasião do julgamento da ADIN nº 155525-9, tendo sido reconhecida a constitucionalidade da majoração de alíquota previdenciária promovida pela LC nº 28/00. Eis a ementa do referido acórdão:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 28/2000. ALÍQUOTA PREVIDENCIÁRIA. AUMENTO.

CSM
3



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

POSSIBILIDADE. CRITÉRIO DE RAZOABILIDADE. OBSERVÂNCIA. INSUPORTABILIDADE GRAVOSA PARA O CONTRIBUINTE, EM ORDEM A COMPROMETER A SUA PRÓPRIA MANTENÇA. AUSÊNCIA. AFRONTA AOS ARTIGOS 98, INCISO II, 107, INCISO IV E 158, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. INCORRÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. DECISÃO MAJORITÁRIA.- Segundo orientação do STF: "A garantia de irredutibilidade da remuneração não é oponível à instituição/majoração da contribuição de seguridade social, relativamente aos servidores em atividade. A contribuição de seguridade social como qualquer outro tributo é passível de majoração desde que o aumento dessa exação tributária observe padrões de razoabilidade e seja estabelecida em bases moderadas" - (RTJ 143/684, RTJ 149/654), pelo que soçobra o fundamento de inconstitucionalidade dos incisos I e II do artigo 71, da Lei Complementar nº 28, em face do inciso II do artigo 98 da Constituição do Estado de Pernambuco;- Não colhe, outrossim, o argumento segundo o qual a Lei Complementar nº 28, incompatibiliza-se com o disposto no artigo 107, inciso IV, da Carta Estadual, que impede a utilização de tributo com efeito confiscatório. A proibição Constitucional do confisco está indissociavelmente ligada à idéia da insuportabilidade da carga tributária, que leve o contribuinte a uma situação incompatível com a dignidade humana, impedindo-o de prover a sua própria subsistência. Na espécie, todavia, não parece crível que a alteração da alíquota de 10% (dez) para 13,5% (treze e meio) por cento, tenha gerado um grau de insuportabilidade gravosa para o contribuinte, em ordem a comprometer a sua manutenção, situação, aliás, indemonstrada na inicial, circunstância que faz evidenciar a ausência de vulneração ao disposto no inciso IV do artigo 107 da Constituição do Estado;- Importa reter que a manutenção do equilíbrio atuarial do sistema previdenciário é causa capaz de justificar o aumento da alíquota. Estando perfeitamente justificado pelo estudo atuarial realizado e homologado pelo Ministério da Previdência Social (fl. 122), o aumento implementado não constitui afronta ao disposto no § 1º do artigo 158, da Constituição pernambucana (Direta de Inconstitucionalidade 0006506-03.2007.8.17.0000 (155525-9), Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Corte Especial, DJ 18/10/2010).

Tal entendimento restou confirmado pela Ministra Carmem Lúcia, no julgamento do Agravo de Instrumento nº 798.473/PE, o qual restou provido, bem como o Recurso Extraordinário interposto pela FUNAPE, denegando a segurança pleiteada no Mandado de Segurança originário, nos seguintes termos:

GNK



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. REGIME PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO INSTITUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 20/98. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR EM ATIVIDADE: POSSIBILIDADE CONDICIONADA À OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO CONFISCO. JULGADO RECORRIDO EM DESARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO E RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDOS. Relatório. 1. Agravo de instrumento contra decisão que não admitiu recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inc. III, alínea a, da Constituição da República. 2. O recurso inadmitido tem como objeto o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de Pernambuco: "Cuida-se de ação de mandado de segurança impetrada por Gilson Santos de Oliveira, policial militar estadual, com o objetivo de obter a declaração incidental de inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 71 da Lei Complementar estadual n. 28/00 (...). Cinge-se a controvérsia dos autos à análise da legitimidade da majoração da alíquota de contribuição previdenciária promovida pela Lei Complementar estadual n. 28/00, em seu art. 71, incisos I e II. Referida Lei Complementar, ao operar a elevação de 10% (dez por cento) para 13,5% (treze e meio por cento) a alíquota previdenciária estadual, fê-lo sem, no entanto, franquear ao segurado qualquer novo benefício, ou, mesmo, encetar melhoras nos já previstos, de maneira nitidamente divorciada dos princípios constitucionais que devem balizar a majoração de tributos. Afrontam os dispositivos em menção, assim, inelutavelmente, a garantia constitucional de irredutibilidade de vencimentos, insculpida no art. 37, XV, da Carta Política; os postulados de equidade e proporcionalidade; bem como o impeditivo constitucional de utilização de tributo com efeito confiscatório, uma vez que, repise-se, à míngua de qualquer justificativa plausível de sua efetiva necessidade, promoveram o aumento do tributo previdenciário sem uma correspondente contraprestação" (fls. 165-173 – grifos nossos). 3. No recurso extraordinário, o Agravante afirma que o Tribunal de origem teria contrariado os arts. 37, inc. XV, 149, § 1º, 150, inc. IV, e 195, § 5º, da Constituição da República. Alega que: "Não é possível extrair do referido dispositivo constitucional [art. 195, § 5º, da Constituição] a premissa de que estaria vedada a majoração de contribuições sem o correspondente aumento de benefícios previdenciários. (...) Conquanto não tenha havido aumento de benefícios já existentes ou criação de novos, houve uma medida necessária à solvabilidade presente e futura do sistema, o que justificaria completamente o aumento havido" (fls. 194-199). 4. A decisão agravada teve como fundamento para a inadmissibilidade do recurso extraordinário a circunstância de que a contrariedade à Constituição, se tivesse ocorrido, seria indireta (fls. 215-217). O Agravante assevera que a matéria versada no recurso extraordinário seria constitucional. Apreciada a matéria trazida na espécie, DECIDO. 5. Inicialmente, cumpre afastar o fundamento da decisão agravada de que a solução da controvérsia demandaria o exame de legislação infraconstitucional, pois a matéria é de natureza constitucional. Superado esse óbice, razão jurídica assiste ao Agravante. 6. A



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

283
w

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido da possibilidade de majoração da alíquota da contribuição previdenciária do servidor público em atividade no regime instituído pela Emenda Constitucional n. 20/98 – independentemente da criação de novos benefícios ou da melhoria dos já existentes -, contanto que fosse observado o princípio da vedação do confisco. Nesse sentido: “Quanto à irredutibilidade do valor dos proventos, invocada pelos requerentes como outro óbice à sujeição dos servidores inativos, basta avivar-lhes a aturada posição da Corte de que a cláusula constitucional de irredutibilidade da remuneração dos servidores públicos não se estende aos tributos, porque não implica imunidade tributária (...). Não precisa, ademais, grande esforço por ver logo que outra coisa levaria a enxergar, no restrito comando da irredutibilidade, obstáculo intransponível à exigência de contribuição, não só aos inativos, mas também aos servidores em atividade, e, o que é não menos conspicua demais, proibição de qualquer tributo que tome por base de cálculo o valor da remuneração paga aos funcionários públicos! O excesso da conclusão desnuda todo o excesso da premissa. (...) Os termos originais da Constituição de 1988 desenhavam um sistema previdencial de teor solidário e distributivo, no qual a comprovação de ‘tempo de serviço’, sem limite de idade, era uma das condições do direito ao benefício, sem nenhuma referência à questão de proporcionalidade, ou de equilíbrio atuarial, entre o volume de recursos e o valor das contribuições desembolsadas pelo servidor na ativa e o dos proventos da aposentadoria. Seu cunho solidário e distributivo vinha sobretudo de os trabalhadores em atividade subsidiarem, em certa medida, os benefícios dos inativos. O sistema padecia substancial alteração com a Emenda Constitucional nº 20/98, que lhe introduziu feitiço contributivo, baseado, já não no “tempo de serviço”, mas no tempo de contribuição, “observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial” (art. 40, in fine, da Constituição da República, com a redação da EC 20/98). E a Emenda Constitucional nº 41/2003 instaurou regime previdencial nitidamente solidário e contributivo, mediante a previsão explícita de tributação dos inativos, “observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”. (...) Essa mesma tendência, observada já à época das Emenda nº 3/93 e nº 20/98, é que esteve à raiz das transformações do regime eminentemente solidário, em vigor antes da EC nº 3/93, para outro que, como regime contributivo e solidário, adotava a contribuição dos servidores ativos (art. 40, § 6º, acrescido pela EC nº 3/93), e, depois, para regime predominantemente contributivo, o da EC nº 20/98. (...) Conforme já notamos, a vigente Constituição da República moldou um sistema de seguridade social baseado nos objetivos ou princípios capitulados no art. 194, § único, que reza: ‘I- universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III- seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante a gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

284
N

do Governo nos órgãos colegiados' (grifos nossos). O art. 195, caput, firmou outro princípio sistemático fundamental, agora para definição do alcance das fontes de custeio, preceituando que 'a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta', e, no § 5º, editou a chamada regra de contrapartida, que dispõe: 'nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total'. (...) Ninguém tem dúvida, porém, de que o sistema previdenciário, objeto do art. 40 da Constituição da República, não é nem nunca foi de natureza jurídico-contratual, regido por normas de direito privado, e, tampouco de que o valor pago pelo servidor a título de contribuição previdenciária nunca foi nem é prestação sinalagmática, mas tributo predestinado ao custeio da atuação do Estado na área da previdência social, que é terreno privilegiado de transcendentais interesses públicos ou coletivos. 18. O regime previdenciário público tem por escopo garantir condições de subsistência, independência e dignidade pessoais ao servidor idoso, mediante o pagamento de proventos da aposentadoria durante a velhice, e, conforme o art. 195 da Constituição da República, deve ser custeado por toda a sociedade, de forma direta e indireta, o que bem poderia chamar-se princípio estrutural da solidariedade. Diferentemente do Chile, cujo ordenamento optou por regime essencialmente contributivo e capitalizador, em que cada cidadão financia a própria aposentadoria contribuindo para uma espécie de fundo de capitalização, administrado por empresas privadas, com fins lucrativos, nosso constituinte adotou um regime público de solidariedade, em cuja organização as contribuições são destinadas ao custeio geral do sistema, e não a compor fundo privado com contas individuais. Os servidores públicos em atividade financiavam os inativos e, até à EC nº 3/93, os servidores ativos não contribuíam, apesar de se aposentarem com vencimentos integrais, implementadas certas condições. A EC nº 20/98 estabeleceu regime contributivo e, com coerência, obrigou à observância do equilíbrio financeiro e atuarial, enquanto princípios mantidos pela EC nº 41/2003. Teria, com isso, a Emenda instituído regime semelhante ou análogo ao chileno? A resposta é imediatamente negativa. O regime previdenciário assumiu caráter contributivo para efeito de custeio equitativo e equilibrado dos benefícios, mas sem prejuízo do respeito aos objetivos ou princípios constantes do art. 194, § único, quais sejam: i) universalidade; ii) uniformidade; iii) seletividade e distributividade; iv) irredutibilidade; v) equidade no custeio; vi) diversidade da base de financiamento. Noutras palavras, forjou-se aqui um regime híbrido, submisso a normas de direito público e caracterizado, em substância, por garantia de pagamento de aposentadoria mediante contribuição compulsória durante certo período, o que lhe define o predicado contributivo, sem perda do caráter universal, seletivo e distributivo. Os elementos sistêmicos figurados no "tempo de contribuição", no "equilíbrio financeiro e atuarial" e na "regra de contrapartida" não podem interpretar-se de forma isolada, senão em congruência com os princípios enunciados no art. 194, § único, da Constituição. Da perspectiva apenas contributiva (capitalização), seria inconcebível concessão de benefício previdenciário a quem nunca haja contribuído



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

AS
du

(universalidade e distributividade) e, muito menos, preservação do valor real da prestação (irredutibilidade do valor) e sua revisão automática proporcional à modificação da remuneração dos servidores em atividade (art. 7º da EC nº 41/2003), o que, na aguda percepção do Min. OCTÁVIO GALLOTTI, importa, não mera atualização, mas elevação do valor intrínseco da verba. Não é esse o perfil de nosso sistema previdenciário. 19. O art. 3º da Constituição tem por objetivos fundamentais da República: "i) construir uma sociedade livre, justa e solidária; ... iii) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". A previdência social, como conjunto de prestações sociais (art. 7º, XXIV), exerce relevante papel no cumprimento desses objetivos e, nos claros termos do art. 195, caput, deve ser financiada por toda a sociedade, de forma equitativa (art. 194, § único, V). De modo que, quando o sujeito passivo paga a contribuição previdenciária, não está apenas subvencionando, em parte, a própria aposentadoria, senão concorrendo também, como membro da sociedade, para a alimentação do sistema, só cuja subsistência, aliás, permitirá que, preenchidas as condições, venha a receber proventos vitalícios ao aposentar-se. Não quero com isso, é óbvio, sugerir que o valor da contribuição seja de todo alheio à dimensão do benefício, pois o caráter contributivo, o equilíbrio atuarial, a regra de contrapartida e a equidade na repartição dos custos do sistema impedem se exijam ao sujeito passivo valores desarrazoados ou desproporcionais ao benefício por receber, enfim de qualquer modo confiscatórios. Os limites estão postos no sistema e devem analisados em conjunto. No caso, relevam apenas os limites quanto à sujeição passiva. Quanto aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria, a Constituição delimita-lhes, ainda que de forma indireta, os fatos geradores e os sujeitos passivos possíveis, ao predefinir as respectivas materialidades nos arts. 145, II, III, 153, 155 e 156. Em relação aos empréstimos compulsórios e às outras contribuições, traça-lhes apenas finalidades vinculantes, mediante outorga de competência à União para instituir os primeiros com o fito de 'atender a despesas extraordinárias' (art. 148, I) e a 'investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional' (art. 148, II), e, as segundas, para fins 'de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas' (art. 149, caput). E, no que concerne às contribuições sociais, em cuja classe entram as contribuições previdenciárias, a Constituição lhes predefine algumas materialidades, com especificação do fato gerador, da base de cálculo e do sujeito passivo, reservando competência à União para instituir 'outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I' (art. 195, § 4º). Às demais contribuições limita-se a apontar a finalidade, a destinação e o regime jurídico, sem explicitar os fatos geradores nem os sujeitos passivos, os quais serão, pois, identificados dentre aqueles que guardem nexo lógico-jurídico com a finalidade constitucional do tributo. 21. Como se vê, o singular regime constitucional das contribuições responde a variantes axiológicas diversas daquelas que inspiram e orientam o dos impostos e das



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

taxas. O sujeito passivo não se define como tal na relação juridico-tributária da contribuição por manifestar capacidade contributiva, como se dá nos impostos, nem por auferir benefício ou contraprestação do Estado, como se passa com as taxas, mas apenas por pertencer a um determinado grupo social ou econômico, identificável em função da finalidade constitucional específica do tributo de que se cuide" (ADI 3.105, Redator para o acórdão o Ministro Cezar Peluso, DJ 18.2.2005 - grifos nossos). "Não assiste ao contribuinte o direito de opor, ao Poder Público, pretensão que vise a obstar o aumento dos tributos, a cujo conceito se subsumem as contribuições sociais, como as contribuições pertinentes à seguridade social (RTJ 143/313-314 – RTJ 143/684 - RTJ 149/654), desde que respeitadas, pelo Estado, as diretrizes constitucionais que regem, formal e materialmente, o exercício da competência impositiva. Como qualquer outro tributo, a contribuição para a seguridade social é passível, em tese, de majoração, desde que o aumento dessa exação tributária observe padrões de razoabilidade e seja estabelecido em bases moderadas. Nesse contexto, assiste ao contribuinte, quando transgredidas as limitações constitucionais ao poder de tributar, o direito de contestar, judicialmente, a tributação que tenha sentido discriminatório ou que revele caráter confiscatório. Nem se diga que a instituição e a majoração da contribuição de seguridade social transgrediriam a garantia constitucional da irredutibilidade da remuneração dos servidores públicos. É que - como se sabe - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos, embora irredutíveis, expõem-se, no entanto, à incidência dos tributos em geral (alcançadas, desse modo, as contribuições para a seguridade social), mesmo porque, em tema de tributação, há que se ter presente a cláusula inscrita no art. 37, XV, e no art. 150, II, ambos da Constituição" (ADI 2.010-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 12.4.2002 – grifos nossos). 7. No julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.087, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 19.9.2003, o Supremo Tribunal Federal afastou a alegação de que a elevação da alíquota de contribuição previdenciária a 14% seria contrária ao art. 150, inc. IV, da Constituição: "Ainda na L. est. 2543/99 e com relação à contribuição previdenciária, impugna o requerente, como confiscatória e vedada pelo art. 150, IV, a elevação de sua alíquota, no art. 2º, a 14% 'incidente sobre a remuneração bruta e os proventos dos agentes políticos, dos magistrados, dos conselheiros do Tribunal de Contas e dos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ativos, inativos e pensionistas'. Pelas razões aduzidas anteriormente, defiro a suspensão, no dispositivo, da alusão a proventos e a inativos e pensionistas. No mais, é verdade, não se pode negar que é elevada a alíquota de 14% sobre a remuneração de assalariados em geral, ainda frequentemente sujeita, num segundo tempo, à tributação sobre a renda. Não me animo, contudo, neste primeiro exame, a subscrever-lhe sem mais a irrogação da pecha de tributo de efeito confiscatório. A vedação do tributo confiscatório é limitação generalizadamente aceita, ainda quando não consignada em norma proibitiva expressa dos textos constitucionais, porque resulta da necessidade de ponderada contenção do poder de tributar em favor da eficácia mínima de



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

27

valores, direitos e garantias fundamentais da Carta Política: recordou-o Mizabel Derzi, em nota primorosa à obra prima de Baleeiro (Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, 1977, p. 570). Cuida-se, porém - precisamente porque resultante de um delicado balanceamento de valores contrapostos de cada ordem constitucional positiva - de um conceito indeterminado, insusceptível de precisa demarcação a priori e, sobretudo, de difícil aplicação prática. Por isso mesmo - como ocorrera com Baleeiro, ao tempo da obra que anotou - salvo a pragmática construção argentina, que arbitrou em 33% a taxa máxima admissível sobre 'o produto normal da eficiente exploração do imóvel gravado' (apud Baleeiro, ob.cit., p. 569) - em 1977, Mizabel Derzi ainda não pode colher precedentes judiciais, aqui ou alhures, da declaração de invalidade de um tributo, por confiscatório" (grifos nossos). 8. Dessa orientação jurisprudencial divergiu o julgado recorrido. 9. Pelo exposto, dou provimento a este agravo, na forma do art. 544, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil, e, desde logo, ao recurso extraordinário, nos termos do art. 557, § 1º-A, do mesmo diploma legal, e denego a ordem de segurança pleiteada. Considerando os termos da Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal, deixo de aplicar os ônus da sucumbência. Publique-se. Brasília, 11 de maio de 2010. Ministra CÁRMEN LÚCIA – Relatora.

Por conseguinte, tendo a Corte Especial deste Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal se manifestado acerca da legalidade da majoração da alíquota previdenciária para o patamar de 13,5% (treze e meio por cento), não há que se falar em ofensa à legislação estadual, federal ou constitucional.

Posto isso, **nego provimento ao Recurso de Agravo**, mantendo-se a Decisão Monocrática ora hostilizada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator